

Estabilidade deixa de ser função dos governos

Globalização transfere a tarefa a órgãos estatais independentes

• A defesa da estabilidade econômica está deixando de ser uma tarefa dos governos nacionais. O cientista político Stefan Schirm, chefe do departamento de relações internacionais e integração europeia da Universidade de Stuttgart, na Alemanha, afirma que, com a globalização, a manutenção da estabilidade pública continua sendo uma responsabilidade estatal, mas quem executa o trabalho não são os governos. A ação, segundo ele, está cada vez mais nas mãos de instituições estatais com autonomia própria, como os bancos centrais independentes, e de grandes instituições supranacionais.

Schirm, no Rio para o seminário Governança Global, que começa amanhã e é promovido pela Fundação Getúlio Vargas e pela fundação Konrad Adenauer, diz que essa transferência não representa uma diminuição no papel dos estados nacionais. A questão, explica, é de adaptação dos estados para enfrentar a globalização.

— Os governos podem e devem continuar sendo políticos. Mas a tarefa de assegurar a estabilidade pública deve ser de responsabilidade de outras instituições estatais, nacionais ou supranacionais, que sigam razões técnicas — afirma o cientista político, especializado em estudar a interseção entre a política e a economia.

Esse modelo está em plena vigência nos países que compõem a União Europeia, que seguem as mesmas metas econômicas acertadas em consenso, e que estão sob decisões de política monetária e cambial do Banco Central — ao mesmo tempo independente e supranacional.

A crítica mais freqüente a essa forma de organização está no que os europeus chamam hoje de

“déficit democrático”: os eleitores dos países não têm como participar na escolha dos dirigentes de instituições desse tipo, que têm poder de interferir no dia-a-dia dos cidadãos. Schirm acredita que vale a pena correr esse risco.

— Acho que, em certas áreas, é legítimo pagar o preço para mais eficiência. A estabilidade econômica é um bem comum mais valioso — diz.

A perda do poder de agir nessas áreas, segundo o cientista político, não tira a importância dos governos. A defesa da estabilidade — que inclui não só o combate à inflação, mas também a manutenção de regras claras na economia — só sai de seu alcance para evitar mudanças de rumo políticas. Mas a oferta de todos os outros bens públicos, como educação, saúde, infraestrutura e pesquisa e desenvolvimento, continua na alçada dos governos nacionais.

— A estabilidade é como um quadro. Mas o que acontece dentro desse quadro continua nas mãos dos governos — afirma.

No Brasil, onde o Governo se dedica sobretudo a um esforço de manutenção da estabilidade, Schirm acredita que talvez seja cedo para instituições como o Banco Central ganharem independência. Mesmo assim, segundo ele, o Governo deve se manter o mais afastado possível de decisões relativas a assuntos como o aquecimento da economia ou o estímulo ao consumo. Essas políticas, diz, são cada vez mais caras e menos eficientes devido à globalização.

— Essas políticas em geral aumentam o endividamento do Estado e não funcionam mais, porque boa parte da demanda criada é imediatamente repassada para o exterior — explica.